



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração a distância

HELENA TEPEDINO MARTINS

**A Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável
(DRS) do Banco do Brasil S/A, a partir da análise do DRS
de Apicultura de Formosa – GO**

Brasília – DF

2011

HELENA TEPEDINO MARTINS

**A Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável
(DRS) do Banco do Brasil S/A, a partir da análise do DRS
de Apicultura de Formosa – GO**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Ms. Maria Neuza da Silva Oliveira

Brasília – DF

2011

Martins, Helena Tepedino.

A Estratégia do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil S/A, a partir da análise do DRS de Apicultura de Formosa – GO / Helena Tepedino Martins – Brasília, 2011.

40 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2010.

Orientador: Prof. Msc. Maria Neuza da Silva Oliveira, Departamento de Administração.

1. Desenvolvimento Regional Sustentável. 2. DRS. 3. Banco do Brasil S/A.

HELENA TEPEDINO MARTINS

**A Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável
(DRS) do Banco do Brasil S/A, a partir da análise do DRS
de Apicultura de Formosa – GO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília da
aluna

Helena Tepedino Martins

Prof. MS., Maria Neuza da Silva Oliveira
Professor-Orientador

Prof. Dra., Selma Lúcia de Moura Gonzáles
Professor-Examinador

Brasília, 09 de abril de 2011.

À minha família, por seu carinho. Aos meus colegas de banco, por participarem da minha conquista.

AGRADECIMENTOS

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil pelo apoio na construção desta monografia.

“O potencial é todo seu. O compromisso é de todos nós”.

Lema do DRS do Banco do Brasil.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar a Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil S/A, a partir da análise do DRS de Apicultura de Formosa – GO. Nele serão explicados os pilares do DRS, analisado processo de implantação, apresentando os resultados, desafios e dificuldades do DRS de Apicultura de Formosa, bem como uma reflexão da importância do DRS para o Banco do Brasil.

Para atingir os objetivos propostos foi feita uma análise documental juntamente com entrevista com funcionários do Banco do Brasil e apicultores de Formosa.

A partir da análise do DRS de Apicultura de Formosa, verificamos que a Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil está contribuindo para o Desenvolvimento Regional Sustentável da região de Formosa (GO), sendo esse DRS um exemplo de conservação ambiental com geração de renda.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional Sustentável. DRS. Banco do Brasil S/A.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fases do DRS.....	21
Figura 2 – Concertação.....	22
Figura 3 – Cadeia de Valor.....	23
Figura 4 – Pilares da sustentabilidade	23
Quadro 1 – Resultados do DRS por região:.....	24
Quadro 2 – Números do DRS:	28
Quadro 3 – Evolução do DRS no período de 2003 a 2009:	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Contextualização do Assunto	9
1.2	Formulação do problema.....	10
1.3	Objetivo Geral.....	10
1.4	Objetivos Específicos	10
1.5	Justificativa	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	27
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa	27
3.2	Caracterização da organização, setor ou área	28
3.3	População e amostra.....	28
3.4	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	29
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	30
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	37
	REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A preocupação ambiental tem se tornado cada vez mais presente no dia-a-dia das organizações. Isso se deve a vários fatores, tais como: consciência ambiental, campanhas de Organizações Não Governamentais - ONGS, incentivo governamental, adequação de mercado, e até mesmo a pressão dos consumidores.

Segundo Brown (apud OLIVEIRA e LIMA, 2003, p. 1), "uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras". Para se ter uma sociedade sustentável faz-se necessário o comprometimento de todos com a responsabilidade socioambiental e com a sustentabilidade.

A responsabilidade socioambiental diz respeito à preocupação das organizações com as implicações e as repercussões de suas atividades negociais e práticas comerciais no meio ambiente e na sociedade. Incorporar em sua estratégia o compromisso de gerar resultados sem degradar o meio ambiente e sem comprometer os interesses da sociedade é o objetivo das organizações socioambientalmente responsáveis.

O Banco do Brasil S/A, em Junho de 2004, firmou com o Ministério do Meio Ambiente, o seu Protocolo de Intenções, que estabeleceu as condições e procedimentos necessários para a implantação de Agendas 21 locais, como instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável local e regional do público beneficiário do Banco do Brasil. Este foi o primeiro passo para o que hoje observamos como um compromisso de longo prazo da Empresa em integrar a sustentabilidade no seu cotidiano.

A responsabilidade socioambiental faz parte da tradição bicentenária do Banco do Brasil e está expressa em suas políticas e estratégias corporativas. O crédito, concedido de forma responsável aos mais diferentes setores produtivos da

economia, agricultura familiar, agronegócio, comércio exterior, micro e pequenas empresas, entre outros, impulsiona o progresso dos municípios onde atua.

Ao estabelecer sua Agenda 21 Empresarial, o Banco do Brasil firmou um compromisso com o novo padrão de desenvolvimento, balizando-se na Agenda 21 Global cujos pilares são sustentabilidade ambiental, social e econômica. A Agenda 21 do Banco do Brasil é o resultado da soma do compromisso com a sustentabilidade, com a cidadania e com o movimento de responsabilidade socioambiental. Entre os seus programas destaca-se a Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS).

A Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) baseia-se em um modelo de negócio que tem por objetivo promover o desenvolvimento das regiões onde o Banco do Brasil atua, gerando trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, por intermédio da adoção de práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental e que respeitem a diversidade cultural.

1.2 Formulação do problema

O desenvolvimento regional depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos regionais, necessitando do apoio da empresas e instituições financeiras.

Neste cenário, e utilizando o exemplo do DRS de Apicultura de Formosa – GO, procurou-se responder a seguinte questão: A Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil está contribuindo para o Desenvolvimento Regional Sustentável?

1.3 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil S/A, a partir do exemplo do DRS de Apicultura de Formosa .

1.4 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Explicar os pilares da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS).
- Analisar o processo de implantação do DRS.
- Apresentar os resultados obtidos, os desafios e dificuldades enfrentadas na implantação da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável, no DRS de Apicultura de Formosa.
- Refletir sobre a importância do DRS para a instituição Banco do Brasil, a partir do exemplo do DRS de Apicultura de Formosa.

1.5 Justificativa

A Gestão Ambiental é uma prática nova no mercado empresarial, mas as organizações já estão investindo no desenvolvendo de programas, em inovações de produtos e na conscientização de seus funcionários e clientes.

Em relação às instituições financeiras, além da diminuição do impacto direto (grande uso de energia e consumo de papel, por exemplo), as melhores práticas ambientais podem envolver a responsabilidade em relação ao crédito concedido. Afinal, são as instituições financeiras as maiores fornecedoras de insumos financeiros para o desenvolvimento de serviços e produtos.

A instituição financeira escolhida para este estudo foi o Banco do Brasil, devido a sua contribuição para o crescimento econômico do país, principalmente na área rural onde é o principal instrumento governamental das políticas de crédito agrícola, e por sua participação no desenvolvimento sustentável da sociedade.

Segundo Oliveira e Lima (2003, p. 31), “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

Neste cenário, destaca-se a importância da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil S/A. O DRS visa a sustentabilidade da atuação da instituição financeira através de práticas economicamente viáveis, socialmente justas, ecologicamente corretas, culturalmente aceitas e integradas ao ambiente social. Busca a geração de trabalho e renda, por meio do apoio a práticas que valorizam as vocações e potencialidades locais em atividades rurais e urbanas, procurando favorecer as cooperativas, as associações, a agricultura familiar e os mini e pequenos empreendedores.

A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS) é relevante para um trabalho de pesquisa, pois é um modelo de negócios que contribuir para o desenvolvimento do país de forma sustentável e ambientalmente correta, sendo também uma porta para novos e bons negócios.

Um ponto positivo da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável é o financiamento de iniciativas de desenvolvimento sustentável que, juntamente com a inclusão social, permite a democratização do crédito, tanto rural quanto urbano. Através do DRS pequenas comunidades estão se tornando economicamente viáveis sem prejudicar o meio ambiente.

O estudo da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável irá contribuir para o desenvolvimento científico na Gestão Ambiental e Responsabilidade Social e Corporativa, pois trata-se de uma iniciativa de uma grande instituição financeira que tem por objetivo a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento econômico regional, respeitando o meio ambiente, a cultura local e a justiça social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável

Em 1987, foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável, como resultado da Assembléia Geral das Nações Unidas, no Relatório “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), conhecido como Relatório “*Brundtland*”, que contempla, além dos aspectos relacionados ao meio ambiente e ao crescimento econômico, as questões sociais. Ele traduziu preocupações com o meio ambiente que já se instalavam na sociedade.

O conceito de desenvolvimento sustentável, que é até hoje utilizado, foi definido como aquele que “atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas” (AMBIENTE BRASIL, 2010). A natureza passa a ser vista como parte integrante de um sistema que originalmente deveria ser cíclico, excluindo o comportamento predador do modelo desenvolvimentista predominante, o que implica em uma mudança nas relações culturais, econômicas, político-sociais e ecológicas.

Segundo Stake (1991, p. 9), “para ser sustentável, o desenvolvimento precisa levar em consideração fatores sociais, ecológicos, assim como econômicos; as bases dos recursos vivos e não vivos; as vantagens e desvantagens de ações; alternativas a longo e curto prazos”.

De acordo com Sachs (apud OLIVEIRA e LIMA, 2003), as estratégias de transição para o desenvolvimento no século XXI, para serem eficazes, devem estar balizadas pelas cinco dimensões do “ecodesenvolvimento” ou do “desenvolvimento sustentável”, que são:

- a) sustentabilidade social – visando à distribuição de renda e de bens (oportunidades) com propósitos de reduzir o abismo entre ricos e pobres;

- b) sustentabilidade econômica – a eficiência econômica avaliada em termos macro-sociais, não em termos microeconômicos ou empresariais;
- c) sustentabilidade ecológica – novas e criativas formas de intervenção do indivíduo humano na natureza com níveis mínimos de abuso ou parasitismo.
- d) sustentabilidade espacial – equilíbrio rural-urbano, priorizando novas formas de civilização, baseadas no uso sustentável de recursos renováveis não apenas possível, mas essencial;
- e) sustentabilidade cultural – que é a dimensão capaz de respeitar e estimular as diferenças, os valores e saberes locais de cada população.

As ações derivadas destas cinco dimensões visam a melhoria nos níveis de qualidade de vida juntamente com a preservação do meio ambiente.

2.2 Algumas considerações sobre a ISO 14000 no contexto do desenvolvimento sustentável

A ISO 14000 é a série de normas que tem como objetivo a criação de um sistema de gestão ambiental que auxilie as organizações a cumprirem seus compromissos assumidos com o ambiente natural, estabelecendo, também, as diretrizes para as auditorias ambientais, avaliação de desempenho ambiental, rotulagem ambiental e análise do ciclo de vida dos produtos (AMBIENTE BRASIL, 2010).

Escrita pelo Comitê Técnico 207 (TC 207), criado pela Organização Internacional de Normalização – ISO, a série ISO 14000 define os elementos de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA): a auditoria de um SGA, a avaliação do desempenho ambiental, a rotulagem ambiental e a análise de ciclo de vida. Tem por objetivo fornecer assistência para as organizações na implementação ou no aprimoramento de um Sistema de Gestão Ambiental. Ela vai ao encontro com a meta de desenvolvimento sustentável e é compatível com diferentes estruturas sociais, culturais e organizacionais.

A organização tem que se submeter à auditoria periódica, realizada por uma empresa certificadora, credenciada e reconhecida tanto pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial - INMETRO, no caso do Brasil, quanto por outros organismos internacionais, para a obtenção e manutenção do certificado ISO 14001.

É verificado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- cumprimento da legislação ambiental;
- diagnóstico atualizado dos aspectos e impactos ambientais de suas atividades;
- procedimentos padrão e planos de ação para eliminar ou diminuir os impactos ambientais;
- pessoal devidamente treinado e qualificado; entre outros.

A implantação do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 tem como foco a melhoria contínua; segue a metodologia Planejar, Implementar, Verificar e Analisar criticamente, do inglês PDCA (*Plan, Do, Check, Act*). O ciclo de melhoria contínua contém cinco partes: Política Ambiental, Planejamento, Implementação e operação, Verificação e ação corretiva e Análise crítica pela administração.

2.3 Breves considerações sobre Gestão Ambiental

Como forma de responder as pressões da sociedade na questão ambiental e para adquirir uma nova perspectiva administrativa, as organizações estão implantando processos de Gestão Ambiental. Segundo Donaire e Maimon (apud ENGELMAN, GUISSO e FRACASSO, 2009, p. 2-3), “A Gestão Ambiental é definida como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização na sua interface com o meio ambiente, é a forma pela qual a empresa se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada”.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) faz parte do comportamento éticoambiental das organizações, sendo este resultante da maior consciência com relação ao meio ambiente. Ele contribui para a ecoeficiência das organizações.

Segundo a Norma ISO 14.001, para a implementação de um SGA é necessário atender a cinco requisitos básicos: a existência de uma política ambiental

pública que demonstre o compromisso da alta administração da organização com a melhoria do desempenho ambiental; a identificação, o exame e a avaliação dos impactos ambientais causados pela empresa no desempenho de suas atividades; o estabelecimento de objetivos e metas ambientais visando minimizar estes impactos; um programa de gerenciamento que permita o acompanhamento das ações voltadas para os referidos objetivos e metas; e procedimentos de controle, monitoramento e auditoria para assegurar que o sistema seja eficaz e adequado.

2.4 Agenda 21 no contexto do desenvolvimento sustentável

A Agenda 21 foi resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra, ou Rio-92 e selou um compromisso entre as nações participantes. É um grande guia para a promoção de ações que estimulem a integração entre o crescimento econômico, a justiça social e a proteção ao meio ambiente, tanto para o poder público como para a sociedade civil e os setores econômicos.

De acordo com Nascimento (2008, p. 45), “a Agenda 21 é um programa de ações, para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países”. Trata-se de uma tentativa mundial de implantar um novo padrão de desenvolvimento, conciliando a justiça social, a proteção ambiental e a eficiência econômica.

A Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes regiões do planeta, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Construir uma Agenda 21 pressupõe a consciência dos cidadãos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade.

Segundo Gilney Viana, Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável:

A Agenda 21 vem se constituindo em um instrumento de fundamental importância na construção dessa nova ecocidadania, num processo social no qual os atores vão pactuando paulatinamente novos consensos e montando uma Agenda possível rumo ao futuro que se deseja sustentável (AMBIENTE BRASIL, 2010).

A Agenda 21 Brasileira é um compromisso da sociedade em termos de escolha de cenários futuros. Ela foi construída tendo por base não somente a análise das potencialidades do Brasil, mas também suas fragilidades reconhecidas historicamente, como, por exemplo, nossas desigualdades sociais. A construção pressupõe uma consciência dos cidadãos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que cada um desempenha em sua comunidade e na sociedade como um todo.

A Agenda 21 foi constituída por uma plataforma de 21 ações prioritárias, em torno dos seguintes eixos:

- a) economia da poupança na sociedade do conhecimento;
- b) inclusão social para uma sociedade solidária;
- c) estratégia para a sustentabilidade urbana e rural;
- d) recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas;
- e) governança e ética para a promoção da sustentabilidade.

Conforme as Ações Prioritárias da Agenda 21 Brasileira:

O crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento sustentável, o qual pressupõe um processo de inclusão social com uma vasta gama de oportunidades e opções para as pessoas. Além de empregos de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, é preciso que os brasileiros, todos os brasileiros, desfrutem de uma vida longa e saudável, adquiram conhecimentos técnicos e culturais, tenham acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. Não pode haver desenvolvimento enquanto houver iniquidades sociais crônicas no nosso País (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

O governo brasileiro incorporou a Agenda 21 Brasileira no Plano Plurianual (PPA 2004-2007), Lei Federal nº. 10.933, de 11/08/2004, instrumento que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para operar despesas e programas de duração continuada, cujo objetivo é:

Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, que estabeleça as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável (BANCO DO BRASIL, 2008).

2.5 O Banco do Brasil e sua Agenda 21

O Banco do Brasil foi fundado em 1808. Em mais de 200 anos de existência, foi o primeiro banco a operar no País e coleciona histórias de pioneirismo e liderança. Foi o primeiro a entrar para a bolsa de valores; a lançar cartão de múltiplas funções; a lançar o serviço de *mobile banking*, a se comprometer com uma Agenda 21 Empresarial e a aderir aos Princípios do Equador, que são uma referência utilizada pelo setor financeiro para identificar, avaliar e gerir os riscos socioambientais no financiamento de projetos. Hoje é líder em ativos, depósitos totais, câmbio exportação, carteira de crédito, base de correntistas, rede própria de atendimento no país, entre outros (BANCO DO BRASIL, 2008).

Com 24,6 milhões de clientes correntistas, 15,1 mil pontos de atendimentos em 3,1 mil cidades e 22 países, o Banco do Brasil é hoje uma das maiores instituições financeiras do País, atendendo a todos os segmentos do mercado financeiro. O banco é um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do país e atua estimulando o desenvolvimento e a economia dos municípios, financiando o comércio exterior, a agricultura familiar, o agronegócio, as micro e pequenas empresas. Recentemente o Banco do Brasil se comprometeu com a questão socioambiental e vem disseminando por toda sua cadeia de negócios os princípios de responsabilidade socioambiental, que norteiam o aperfeiçoamento de suas práticas, programas, produtos e serviços (BANCO DO BRASIL, 2011).

2.5.1 Agenda 21 Empresarial

Em 2004 o Banco do Brasil estabelece sua Agenda 21 Empresarial, afirmando o compromisso com o novo padrão de desenvolvimento (conforme a Agenda 21 Global) cujos pilares são sustentabilidade ambiental, social e econômica.

A Agenda 21 do Banco do Brasil estrutura-se em três eixos, com os seguintes objetivos:

Negócios com foco no desenvolvimento sustentável:

- Implementar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável

- Financiar atividades de geração de trabalho e renda e de inclusão social
- Financiar atividades e tecnologias ambientalmente adequadas

Práticas administrativas e negociais com Responsabilidade Socioambiental (RSA):

- Disseminar os princípios e fortalecer a cultura de Responsabilidade Socioambiental na Comunidade Banco do Brasil
- Manter processos administrativos coerentes com os Princípios de Responsabilidade Socioambiental
- Manter processos negociais coerentes com os Princípios de Responsabilidade Socioambiental
- Fortalecer a interação com os públicos de relacionamento

Investimento social privado:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira
- Apoiar programas relacionados à consciência e preservação ambiental
- Apoiar programas relacionados à defesa e à promoção dos direitos humanos
- Captar recursos para apoiar ações vinculadas ao desenvolvimento social
- Incentivar a atuação dos funcionários em trabalhos voluntários e ações sociais (BANCO DO BRASIL, 2010).

A Agenda Socioambiental do Banco do Brasil é dinâmica, e está em contínuo aperfeiçoamento, com a incorporação de novos projetos procurando consolidar e aprofundar as ações já existentes.

Dentro da Agenda 21 do BB podemos destacar os seguintes projetos de Gestão Ambiental: **BB Biodiesel – Programa BB de apoio à produção e uso de biodiesel**, que visa apoiar a produção, a comercialização e o uso do biodiesel como fonte de energia renovável e atividade geradora de emprego; **Mercado de créditos de carbono (Protocolo de Quioto)**; **BB Produção Orgânica**, no qual, os produtores rurais têm acesso diferenciado ao financiamento de custeio, de investimento e de comercialização da produção orgânica; e **Programa BB florestal – Programa de investimento, custeio e comercialização florestal**, que prevê

apoio aos produtores que investirão em implantação, manejo e comercialização florestal, através do incremento nas linhas de crédito existentes para o segmento florestal, cujo objetivo é ampliar a produção alternativas de financiamento (BANCO DO BRASIL, 2008).

Há também o **Crédito responsável**, cujo objetivo é disseminar a importância da adoção da postura de responsabilidade socioambiental junto ao meio empresarial e, futuramente, tentar verificar correlações entre o nível de risco e o estágio de responsabilidade socioambiental de empresas; **Programa de Ecoeficiência do Banco do Brasil (interno)**, que incentiva o desenvolvimento de iniciativas relacionadas ao combate ao desperdício de insumos, à reciclagem, redução de custos operacionais e acompanhamento do impacto das atividades do Banco no meio ambiente (BANCO DO BRASIL, 2008) e a **Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)**.

2.5.2 Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)

Um dos mais importantes projetos da Agenda 21 do Banco do Brasil, o DRS é um modelo de negócios que considera a viabilidade das atividades produtivas em suas dimensões econômica, social e ambiental, respeitada a diversidade cultural. Ela busca a geração de trabalho e renda, por meio do apoio a práticas que valorizam as vocações e potencialidades locais em atividades rurais e urbanas, procurando favorecer as cooperativas, as associações, a agricultura familiar e os mini e pequenos empreendedores (BANCO DO BRASIL, 2008).

A Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável tem por objetivo promover o desenvolvimento das regiões onde o Banco do Brasil atua, gerando trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, por intermédio da adoção de práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental e que respeitem a diversidade cultural. Nele, destaca-se o processo de articulação dos diferentes atores sociais em torno de um plano de desenvolvimento comum para a atividade produtiva escolhida.

O resultado que se espera alcançar é o desenvolvimento sustentável das regiões envolvidas, com a redução do analfabetismo a eliminação do trabalho infantil

e do trabalho forçado, a capacitação profissional, o acesso à informação e à informatização, entre outros. A Estratégia DRS propõe-se a:

- Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda;
- Democratizar o acesso ao crédito;
- Impulsionar o associativismo e o cooperativismo;
- Contribuir para a melhora dos indicadores de qualidade de vida
- Solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais.

Ela apóia o desenvolvimento de atividades nas áreas rurais e urbanas (agronegócios, comércio, serviço e indústria). Sua metodologia de atuação prevê a sensibilização, mobilização e capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e a elaboração de um amplo diagnóstico, sendo abordada a cadeia de valor das atividades produtivas apoiadas e identificando os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades. Com base neste diagnóstico, é elaborado o Plano de Negócios DRS, onde são definidos os objetivos, as metas e as ações para implementação do Plano. São feitos, também, o monitoramento das ações definidas nos Planos de Negócios DRS e a avaliação de todo o processo. A figura número 1 apresenta as fases do DRS.



Figura 1: Fases do DRS
Fonte: Banco do Brasil, Cartilha DRS

O DRS é baseado no processo de “concertação”, que é uma ação integrada, harmônica e compartilhada, que aglutina os vários agentes da cadeia de valor de

uma atividade produtiva selecionada. São parceiros no planejamento, na coordenação e no acompanhamento do DRS, a sociedade civil, a iniciativa privada, as associações, as cooperativas, os governos, as universidades, as entidades religiosas, ONG, entre outros. São parceiros no planejamento, na coordenação e no acompanhamento do DRS, a sociedade civil, a iniciativa privada, as associações, as cooperativas, os governos, as universidades, as entidades religiosas, ONG, entre outros. A figura número 2 apresenta a concertação.



Figura 2: Concertação
Fonte: Banco do Brasil, Cartilha DRS

As atividades produtivas são apoiadas com visão de cadeia de valor, independentemente do nível de organização dos agentes da atividade: aglomerados, arranjos produtivos locais ou cadeias produtivas. Trabalhar com a visão de cadeia de valor significa considerar todas as etapas de produção e distribuição que agregam valor a produtos e serviços até o consumidor final. A cadeia de valor abrange a cadeia produtiva (matéria-prima até produto/serviço), a cadeia de distribuição (produto/serviço até o consumidor final), bem como todos os elementos de influência direta e indireta, não descritos na forma de atividade (como governos, cooperativas e instituições públicas e privadas, entre outras). A figura número 3 apresenta a cadeia de valor.

Cadeia de valor



Figura 3: Cadeia de Valor
Fonte: Banco do Brasil, Cartilha DRS

O Processo de negócio do DRS tem com pilares da sustentabilidade, os aspectos econômicos, social e ambiental, e respeita a diversidade cultural, sendo que desde a escolha de atividades produtivas até a implementação dos Planos DRS, o processo é realizado de forma construtivista, inclusiva e participativa. O lema do DRS, segundo a Cartilha DRS é “O potencial é todo seu. O compromisso é de todos nós”. A figura número 4 apresenta os pilares da sustentabilidade.



Figura 4: Pilares da sustentabilidade
Fonte: Banco do Brasil, Ações de sustentabilidade

O DRS foi implantado inicialmente nas regiões Norte, Nordeste e no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, sendo que hoje a região com maior número de

plano de negócio é a Nordeste. Hoje são mais de 3.940 municípios são beneficiados pela Estratégia do Desenvolvimento Regional Sustentável.

Mais de um milhão e cem de famílias são beneficiadas com o DRS. Tendo mais de nove bilhões de reais em recursos programados o Desenvolvimento Regional Sustentável, sendo 6,07 bilhões do Banco do Brasil e mais de 2,94 bilhões dos parceiros.

O quadro número 1 apresenta os resultados do DRS por região.

Região	Planos de Negócios DRS	Famílias Atendidas	Recursos Programados (R\$)
<u>Norte</u>	290	91.715	816.114.482,88
<u>Nordeste</u>	1.421	440.938	2.139.910.257,32
<u>Sudeste</u>	1.153	340.008	3.080.567.124,58
<u>Sul</u>	711	201.147	1.740.376.332,48
<u>Centro-Oeste</u>	331	94.100	1.250.474.878,97

Quadro 1: Resultados do DRS, por região

Fonte: Banco do Brasil, Metas e Resultados – Resultados por Região

Cerca de 75% dos Planos de Negócios DRS são desenvolvidos em atividades agropecuárias, cuja principal linha de crédito para apoio e execução é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que se destina ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural e tem no Banco do Brasil o seu principal agente financeiro. Outra linha de crédito utilizada no DRS é o BB Microcrédito DRS, que visa atender as necessidades de financiamento de microempreendedores urbanos e representa importante ferramenta no impulso aos negócios de empreendedores urbanos beneficiários de Planos de Negócio DRS. Tem valores situados entre R\$ 200 e R\$ 3 mil, prazo de até 48 meses e taxa de juros de 1,0% ao mês.

O Banco do Brasil possui mais de 14,6 mil funcionários treinados em DRS, através de cursos presenciais e do MBA em DRS, patrocinado pela instituição.

Hoje existem 3.994 Agências habilitadas, 3.906 Planos de Negócios DRS em implementação e 578 diagnósticos e planos de negócios de DRS em elaboração. Já foram identificadas e estão sendo trabalhadas mais de 100 atividades produtivas diferentes como: sistemas agrofloretais, turismo, artesanato, cerâmica marajoara, aqüicultura, fruticultura, calçados, cotonicultura, confecções, ovinocaprinocultura, apicultura, horticultura, pecuária de corte e leiteira, floricultura, mandiocultura, atividades extrativistas, avicultura e reciclagem de resíduos sólidos.

O desafio é levar o Desenvolvimento Regional Sustentável à comunidade depende de uma vasta negociação entre as partes envolvidas, pois se trata de uma parceria em que os principais intervenientes devem escolher o que será produzido de forma participativa, observando os pilares do DRS e respeitando a diversidade cultural. É um processo de sinergia cujo grau e qualidade da participação é que define o sucesso ou fracasso do programa.

Mudar a visão dos pequenos produtores, inserindo-os dentro da cadeia de valor e incorporando a noção de negócio de curto, médio e longo prazo, motivar e capacitar os funcionários das agências, são dificuldades encontradas. Os gerentes, principalmente de pequenas agências, são ainda mais pressionados pelo plano de negócio de DRS, pois ele é um processo lento e criterioso, sendo que os rendimentos financeiros, se ocorrerem, demoram a aparecer. Com o deslocamento do gerente e mais um funcionário para o Desenvolvimento Regional Sustentável, o cumprimento das metas e o lucro da agência ficam comprometidos. Os gerentes ficam divididos entre a pressão social, o DRS e a pressão financeira, o lucro. Sendo assim, muitos deles, tendem a abandonar o Desenvolvimento Regional Sustentável, fazendo apenas o mínimo necessário para cumprir as metas impostas para o DRS.

2.6 DRS de Apicultura de Formosa – GO

O DRS de Apicultura de Formosa – GO tem R\$ 376.725,00 em volume de recursos programados, sendo R\$ 100 mil do Banco do Brasil e R\$ 276.725,00 dos parceiros, atende 185 famílias e abrange os municípios de Formosa, Cabeceiras, Flores de Goiás e Vila Boa. São parceiros deste DRS, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, Associação dos Apicultores de Formosa e Região - Asafor, Agencia Rural de Negócios Agropecuários Ltda, Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Goiás, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Base, Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento, Banco do Brasil S/a - Formosa-GO, (BANCO DO BRASIL, 2011) Fundação Banco do Brasil, Prefeitura de Formosa, Câmara de Vereadores e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

O DRS de Apicultura de Formosa é um exemplo de sucesso. O projeto começou com 23 apicultores e hoje tem cadastrado 185, na agência de Formosa – GO existem 4 funcionários que lidam diretamente com o DRS, além dos que cuidam do Pronaf, sua principal linha de crédito. Ele já passou da fase diagnóstico e está na fase de expansão.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Para alcançar os objetivos desta monografia, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, devido o tema ser um assunto atual, ligado a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental. Também foi feito um estudo sobre o DRS de Apicultura de Formosa - GO, com intuito de responder a questão levantada com um caso concreto de um projeto de DRS.

Foi realizado, também, a análise de documentos que, segundo Lüdke e André (1986, p. 38), “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A pesquisa bibliográfica, como de práxis nos trabalhos dessa natureza, fez parte desse trabalho. Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador procura explicar e discutir um tema ou um problema a partir de referências teóricas publicadas em livros, revista, periódicos, entre outros. Busca conhecer e analisar contribuições científicas sobre um determinado tema.

O levantamento das informações e a coleta de dados ocorreram com a utilização de livros, periódicos, textos para discussão, publicações e internet. A análise ocorreu após o estudo do assunto escolhido.

Depois de organizadas, as idéias, foram escritas procurando responder ao problema de pesquisa e visando alcançar os objetivos propostos, através da utilização dos conceitos teóricos aprendidos no curso de Administração. Houve ao longo do trabalho, a preocupação com a fundamentação teórica, com a objetividade das idéias, com a clareza e precisão dos apontamentos e com a correlação entre os pensamentos exposto.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

O Banco do Brasil é uma instituição financeira com mais de 200 anos de existência, tem em sua tradição o engajamento com os princípios de responsabilidade socioambiental. Em sua Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental, o banco se compromete, entre outros pontos, em “Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade”.

Ao incorporar o Banco Nossa Caixa em 2009, o Banco do Brasil passou a contar com a certificação ISO 14001 em um dos seus prédios administrativos (Ed. Altino Arantes), localizado no município de São Paulo – SP.

Um exemplo importante da responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil é a sua estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável, cujos objetivos são a inclusão social e democratização do acesso ao crédito, entre outros. O quadro número 2 apresenta os números do DRS.

Total de Planos de Negócios DRS em implementacao:	3.906
Diagnósticos e Planos de Negócios DRS elaboração:	578
Municípios abrangidos:	3.940
Funcionários Banco do Brasil treinados em DRS no País:	14.895
Dependências habilitadas no País:	3.994
Total de famílias atendidas:	1.167.908
Total de recursos programados:	R\$ 9.027.443.076,23
- Recursos programados Banco do Brasil:	R\$ 6.077.705.224,92
- Recursos programados parceiros:	R\$ 2.949.737.851,31
Posição de 12/03/11	

Quadro 2: Números do DRS
Fonte: Banco do Brasil, Metas e Resultados – Resultados por UF

3.3 População e amostra ou participantes do estudo

Devido ao grande número de DRS do Banco do Brasil, neste trabalho será efetuado um estudo sobre o DRS de Apicultura de Formosa – GO.

Formosa tem uma área de 7854 Km² e está situada a 90 Km de Brasília. Em 2007, o total de habitantes era de 90.212 pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA, 2011).

Dados do Plano de Negócios DRS de Apicultura de Formosa – GO

- UF: Goiás – GO
- Agência: 0377 – Formosa
- Código do Plano de Negócios DRS: 3.337
- Atividade produtiva apoiada: Apicultura - criação de abelhas
- Data de início da implementação: 2006 (primeira atualização)
- Volume de Recursos programados: R\$ 376.725,00
- - Recursos programados do Banco do Brasil: R\$ 100.000,00
- - Recursos programados dos parceiros: R\$ 276.725,00
- Quantidade total de famílias atendidas: 185
- Município(s) envolvido(s): Cabeceiras / Flores de Goiás / Formosa / Vila Boa (BANCO DO BRASIL, 2011).

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Foi feita uma pesquisa Descritiva, que se caracteriza pela descrição de como se dá determinado fenômeno em uma realidade, assim foi descrita como é a estratégia negocial do DRS do Banco do Brasil.

Também foi feito uma análise do DRS de Apicultura de Formosa - GO. Segundo Yin (2001, p. 32), o estudo de caso é a “investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”, sendo aplicável neste caso para responder a questão levantada.

Para essa análise, o método de pesquisa que foi utilizado foi a pesquisa qualitativa e a técnica de coleta de dados utilizada para a realização da pesquisa foi a entrevista individual, que segundo Lüdke e André (1986, p.33) “é uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais”.

Para o estudo de caso do DRS de Apicultura de Formosa - GO foram feitas duas entrevistas individuais com funcionários do Banco do Brasil responsáveis pelo DRS e duas com os apicultores. Foram efetuadas entrevistas semi-estruturadas, cujos itens foram formatados a partir de pesquisa bibliográfica, visando alcançar os objetivos propostos no trabalho através da análise do DRS de Apicultura de Formosa.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Para Ludke e André (1986, p. 39), os documentos são uma fonte “poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador”.

Foi efetuada uma pesquisa bibliografia, onde foram analisados relatórios, publicações, e normas internas referentes à estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Foram utilizados a Agenda 21 do Banco do Brasil, publicada em 2008, e o Relatório Anual 2009, entre outros documentos. Os relatórios anuais corporativos do Banco do Brasil forneceram evidências qualitativas dos programas socioambientais implantados, assim com indicadores numéricos da efetividade do DRS. Os documentos foram obtidos no site do Banco do Brasil, na intranet corporativa e no Livro de Instruções Normativa do Banco, bem como em publicações feitas pela Diretoria de Desenvolvimento Sustentável.

Para balizarem as entrevistas foram efetuados dois roteiros. Um para os funcionários do Banco do Brasil, cujas perguntas eram:

1) Qual a sua visão da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) de Apicultura de Formosa – GO? Você conhece a história desse DRS?

2) Qual a importância do DRS de Apicultura de Formosa – GO para a instituição Banco do Brasil? Quantos funcionários estão envolvidos com este DRS?

3) Quais os resultados obtidos pelo DRS de Apicultura de Formosa?

4) Quais os desafios enfrentados e dificuldades encontradas na implantação e/ou manutenção do DRS de Apicultura de Formosa – GO?

5) Você acredita que, por causa do DRS, está havendo uma mudança na forma de produzir, visando a sustentabilidade da atividade de Apicultura?

E outro para os apicultores, com as seguintes perguntas:

1) Qual a sua visão do DRS de Apicultura de Formosa – GO? Você conhece a história desse DRS?

2) Qual a importância do DRS para a Apicultura de Formosa – GO? Quantas pessoas / famílias estão vinculadas a este DRS?

3) Quais os resultados obtidos pelo DRS de Apicultura de Formosa? O que melhorou com a implantação do DRS?

4) Quais os problemas enfrentados e dificuldades encontradas no DRS de Apicultura de Formosa – GO?

5) Você acredita que está havendo uma mudança na forma de produzir, visando a sustentabilidade da atividade de Apicultura motivada pelo DRS?

As entrevistas foram efetuadas na cidade de Formosa (GO) nos dias 28 de Fevereiro e 2 de Março de 2011. Os apicultores foram entrevistados na casa de um deles e os funcionários do Banco nas dependências da agência de Formosa em Goiás. Os entrevistados permitiram que as entrevistas fossem gravadas.

Os dados obtidos foram compilados e foi efetuada uma análise de conteúdo, com o objetivo de responder a pergunta formulada no problema. Para a análise das informações foi utilizada metodologia descrita por Franco (2003), composta pelas seguintes etapas:

a) Pré-análise: leitura flutuante (estabelecer contatos com os documentos a serem analisados e conhecer os textos e as mensagens neles contidas, deixando-se invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas);

b) Definição de Categorias: exclusão mútua (“diferentes níveis de análise devem ser separados em outras tantas análises sucessivas”); pertinência (adaptada ao material de análise escolhido e ao quadro teórico); objetividade e fidedignidade (mesma codificação por diferentes pesquisadores); produtividade (resultados produtivos).

Os resultados da análise serão apresentados no próximo capítulo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise Documental

A análise documental possibilitou o mapeamento da Estratégia de DRS do Banco do Brasil S/A, no contexto geral. Os pilares da estratégia bem como o processo de implantação do DRS, foram explicitados no referencial teórico.

Através dos documentos analisados, podemos observar que a estratégia comercial DRS tem crescido muito na instituição Banco do Brasil, refletindo sua importância para a mesma. Isto se deve ao fato de que, além de gerar negócios uma vez que “proporciona a abertura de novas contas correntes e a expansão da carteira de crédito”, ela modifica a imagem da instituição junto à comunidade. O DRS é um dos projetos que compõem a Agenda 21 do Banco do Brasil. Ele pode ser enquadrado no eixo estratégia para a sustentabilidade urbana e rural das 21 ações prioritária da Agenda 21.

Através do DRS, cujo público alvo são as pessoas de menor renda, a comunidade e os parceiros passam a ver o Banco não só com uma instituição financeira, mas como parceiro, interessado no desenvolvimento social, com foco na sustentabilidade.

Esta valorização pode ser vista no Relatório de Demonstrações contábeis do exercício de 2010, onde o DRS é destaque no Eixo Negócios Sustentáveis, destacando que a “estratégia se sedimenta em um quadripé metodológico: precisa ser um negócio economicamente viável, socialmente justo, ambientalmente correto e culturalmente diversificado.”

A instituição procura trazer a responsabilidade socioambiental para todos os processos da empresa, tanto no nível estratégico, quanto no tático e operacional. O que se iniciou com um grupo de trabalho, passou a ser uma Gerência Executiva, e, hoje o BB possui uma Unidade de Desenvolvimento Sustentável, subordinada à Vice Presidência de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável, que conta com a atuação dos Segmentos de Mercado de Desenvolvimento Sustentável existentes

nas Superintendências Estaduais, e com o Eixo RSA – Responsabilidade Socioambiental, localizado nas Gerências Regionais de Pessoas.

O quadro número 3 demonstra a evolução do DRS no período de 2003 a 2009.

Posição Acumulada	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agências envolvidas	166	428	1.482	2.502	3.998	4.025	4.073
Funcionários treinados	121	1.370	4.062	6.052	13.507	13.248	16.886
Unidades Federativas envolvidas	–	19	24	27	27	27	27
Municípios envolvidos	–	642	1.503	2.788	4.533	4.787	4.696
Famílias atendidas	–	16.820	70.577	230.939	725.450	1.211.368	1.094.086 ¹
Diagnósticos e Planos de Negócios DRS em elaboração	–	327	1.020	1.324	2.466	1.212	711 ¹
Planos de Negócios DRS em implementação	–	120	375	1.020	2.829	4.679	4.480 ¹
Recursos BB programados - R\$ bilhões	–	0,05	0,17	0,86	3,1	5,5	5,2 ¹
Negócios realizados - R\$ milhões	–	13,6	105,4	313,8	714	4.676	7.803
Atividades produtivas	–	40	70	70	100	+ de 100	155
Bancarização - Contas-correntes abertas	–	–	–	–	–	114.760	127.648

¹ A redução observada, de 2008 para 2009, justifica-se pela integração de planos de negócios de uma mesma atividade, em uma mesma região. Para reavaliar esses planos, o BB realizou, em 2009, mais de 3.100 oficinas de gestão em todo o País, envolvendo toda a sociedade local/regional. Destaca-se ainda, que mesmo com um número menor de diagnósticos e planos implementados e em elaboração, os negócios realizados, as atividades produtivas e a bancarização tiveram uma evolução considerável.

Quadro 3: Evolução do DRS no período de 2003 a 2009

Fonte: Banco do Brasil, Relatório Anual 2009

Em 2010, o DRS contava com “3,8 mil planos de negócios em implementação, beneficiando 1,2 milhão de pessoas em 3,9 mil municípios brasileiros, com créditos programados na ordem de R\$ 5,1 bilhões, em investimento, custeio e giro”, sendo que dos R\$ 8,9 bilhões de créditos concedidos, 56,2 por cento, isto é R\$ 5 bilhões (56,2%), foram destinados por meio Pronaf. Nesse ano foi iniciada uma ação no sentido de apoiar comunidades urbanas, com foco na geração de trabalho e renda, realizada inicialmente nas localidades de Paraisópolis (SP) e Morro do Alemão (RJ), cujo objetivo é o aperfeiçoamento de processos e a inclusão de um número maior de beneficiários do DRS.

O alcance socioambiental do DRS foi destacado pela Universidade das Nações Unidas, que em relatório afirmou: “No nosso conhecimento, a Estratégia DRS é a primeira iniciativa realizada por uma instituição financeira que inclui princípios de desenvolvimento sustentável na base da sua metodologia e prática de

implementação e as segue sistematicamente. (...) O BB comprovou que combinar rentabilidade econômica legítima com alto nível de responsabilidade social representa uma nova, sólida e definitivamente necessária maneira de fazer negócios. (...) O Programa merece ser continuado e reforçado e, na nossa opinião, contém elementos e adquiriu experiência que poderiam ser aplicados com sucesso em outros países” (BANCO DO BRASIL, Relatório Anual 2009).

4.2 Análise das entrevistas

Com relação ao DRS específico que foi estudado, a análise das entrevistas possibilitou uma visão do DRS de Apicultura de Formosa, tanto do lado da instituição como do lado dos apicultores, além de apresentar os resultados obtidos, os desafios e dificuldades enfrentadas na implantação do DRS de Apicultura de Formosa (GO).

A região de Formosa (GO) é propícia para a Apicultura. Conforme os entrevistados, por quase não ter agricultura mecanizada, a região não tem problema com agrotóxico, sendo um ambiente propício para a criação de abelhas, onde “o clima ajuda, a florada ajuda”. A apicultura é uma atividade que está em expansão, que “gera renda sem muito trabalho”, e sem muita despesa. A criação de abelhas não impede a agricultura e nem a pecuária, porém é necessário preservar o meio ambiente. Segundo todos os entrevistados, o mel de Formosa é considerado “o melhor mel do Brasil”.

Segundo os entrevistados, a região de Formosa é muito carente de trabalho e renda, sendo que boa parte da atividade de Apicultura do DRS é feita nos assentamentos da região. Uma colméia dá 50 kg de mel por ano, 10 colméias geram 500 kg, a um valor mínimo de R\$ 10,00 o kg, dá uma boa renda para os apicultores. Hoje já existe em Formosa, apicultores que vivem exclusivamente do mel, cujo objetivo é ganhar dinheiro com as abelhas, aumentar a quantidade de abelhas, procurar áreas melhores e faz um mel melhor.

O DRS está ligado a Associação dos Apicultores de Formosa e Região. Ele também apóia apicultores que estão fora da associação, sendo que o ideal é que todos os apicultores sejam associados. Associação começou em 2005 e encontra muitas dificuldades, pois a região não tem a cultura de associativismo. Os

apicultores são muito unidos e a Associação ajudou a alavancar a apicultura na região.

Os funcionários citaram que, “DRS não é só do Banco, precisa do envolvimento e da participação dos parceiros, principalmente os beneficiários, para que não se torne assistencialismo”, e que geralmente, existe uma “dificuldade de implantar e implementar a metodologia de DRS na comunidade.”, o que não aconteceu no DRS de Formosa, que tem vários parceiros participando. Este é um dos fatores de sucesso da estratégia do desenvolvimento regional sustentável. O DRS, foca na questão de comercialização do mel, sendo que “a idéia é transformar meleiro em apicultor.”

Com a doação feita pela Fundação Banco do Brasil, parceira do DRS, foi possível fazer a casa do mel itinerante. O mel é recolhido nos assentamentos e beneficiado na casa do mel. Este mel é Certificado, recebendo o Selo 01 de Inspeção Municipal. Foram doados, ainda, 70 Kit de apicultor, compostos de 5 colméias e equipamento necessário.

Um dos objetivos futuros do DRS é o Entrepasto, onde o mel será beneficiado e comercializado. Ele será construído de acordo com as regras para conseguir o Selo Inspeção Federal.

A falta de capacitação dos apicultores, de associativismo/ corporativismo, de regularidade da produção do mel e a distância entre os assentamentos e a cidade de Formosa são problemas descritos tanto pelos apicultores quanto pelos funcionários do Banco do Brasil.

Os entrevistados confirmam foco na conservação de ambiente presente neste DRS, sendo que nos assentamento que tem abelha não tem mais queimada, pois, “queima as abelhas e fica sem a colheita”. Por causa das abelhas, passou a se ter uma preocupação do que pode cortar ou não, sendo que “só aproveita madeira morta para fazer caixa”, não cortando madeira “verde” para fazer as caixas das abelhas.

O DRS de Apicultura de Formosa cumpriu todos os passos da metodologia do DRS, sendo o processo de “concertação” seu principal fator de sucesso. Ele foi certificado pela Superintendência do Distrito Federal.

Este DRS comprova a máxima dessa estratégia que é a geração de trabalho e renda, com a coleta e comercialização do mel, valorizando as potencialidades locais, que no caso de Formosa é a apicultura. É importante verificar que sem a

participação dos apicultores e da sociedade local na condução do DRS, este não seria possível, o que vem ao encontro do mencionado por Oliveira e Lima (2003) em sua obra Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável.

Com defendido por Stake (1991), em sua obra Lutando por nosso futuro em comum, o DRS de Apicultura de Formosa leva em consideração os fatores sociais, ecológicos e econômicos, na medida em que a apicultura praticada nos assentamentos consegue gerar uma renda para esta população, e para que isto seja mantido a longo prazo, aos assentados precisam conservar o meio ambiente.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O meio ambiente e o desenvolvimento estão interligados, pois, necessitam um do outro para se manter, sendo de fundamental importância a gestão ambiental para que o desenvolvimento seja, de fato, sustentável. Não há com se pensar em desenvolvimento a longo prazo se os recursos naturais são exauridos e o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento é desordenado e não leva em conta a gestão ambiental.

O desafio das empresas é a adoção de princípios e ações de gestão compatíveis com os ideais de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. A gestão ambiental é de suma importância para a sustentação de uma empresa de grande porte em um mercado extremamente competitivo, como o mercado financeiro.

Neste trabalho analisamos o DRS de Apicultura de Formosa, que é um exemplo de conservação ambiental com geração de renda. Através dele, embasado nos pilares da sustentabilidade que são os aspectos econômicos, social e ambiental, e o respeito a diversidade cultural, verificamos que a Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil está contribuindo para o Desenvolvimento Regional Sustentável da região de Formosa (GO).

Somente através do DRS foi possível “profissionalizar” os apicultores que hoje tem seu mel certificado, e com isto conseguem vender melhor o seu produto e conseguir uma renda digna para ele e sua família.

Verificamos, também, a evolução da Estratégia do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) no Banco do Brasil e sua importância tanto para a instituição como para a comunidade.

Muitos desafios ainda têm que ser vencidos, como equalizar melhor a carga de trabalho dos funcionários das agências que cuidam do DRS, e encontrar uma forma de repetir, na área urbana, o sucesso do DRS da área rural.

Concluimos que a Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil é uma porta para novos e bons negócios, além de contribuir para o desenvolvimento do país de forma sustentável e ambientalmente correta.

Acreditamos que os objetivos da pesquisa foram atingidos e o problema de pesquisa foi respondido, porém o tema está longe de ser esgotado. Seria recomendável analisar outro DRS com objetivo de compará-lo ao DRS de Formosa, que é considerado um modelo de sucesso pela instituição. Isto enriqueceria o trabalho, pois seria possível analisar outras dificuldades e soluções encontradas no processo. Esta comparação não foi contemplada neste estudo devido ao curto espaço de tempo para realizar a pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/agenda.html>>. Acesso em: 16 maio 2010.

AMBIENTE BRASIL. **Aspecto geral da ISO 14000**. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/iso.html>>. Acesso em: 10 maio 2010.

BANCO DO BRASIL. **Ações de Sustentabilidade – Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/home1,8368,8368,0,0,1,6.bb>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

BANCO DO BRASIL. **Agenda 21**. Brasília, 2008.

BANCO DO BRASIL. **Cartilha DRS**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/pv_obj_cache/pv_obj_id_6C1F2D6F572CD5DB34570D952BFEA54B88012200/filename/CartilhaDRS.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2011.

BANCO DO BRASIL. **Metas e Resultados – Goiás (GO) - Formosa**. Disponível em: <<http://www50.bb.com.br/drs/jsp/consultas/detalharDPNFotografia/detalharDPNFotografia.drs>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

BANCO DO BRASIL. **Metas e Resultados – Resultados por Região**. Disponível em: <<http://www50.bb.com.br/drs/jsp/consultas/consultaResultadosDPNRegiaoGeografica/resultadosDPNRegiaoGeografica.drs>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

BANCO DO BRASIL. **Metas e Resultados – Resultados por UF**. Disponível em: <<http://www50.bb.com.br/drs/jsp/consultas/consultarResultadosDPNPais/resultadosDPNPais.drs>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual 2009**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2009/index.html>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

BANCO DO BRASIL. **Responsabilidade Socioambiental**. Brasília, 2006.

ENGELMAN, Raquel; GUISSO, Rubia Marcondes e FRACASSO, Edi Madalena. **Ações de Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior: O que tem sido feito.** RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental, RS, jan. – abr. 2009, V.3, Nº.1, p. 22-33.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo.** Brasília: Plano, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira. Ações Prioritárias.** 2ª edição. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=4989>>. Acesso em: 08 maio 2010.

NASCIMENTO, Luís Felipe. **Gestão Ambiental e a Sustentabilidade.** Sistema Universidade Aberta do Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável.** Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.1, p.35-37, maio/dez. 2003. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v6_n2/03_Gilson.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA. **História do Município e Aspectos Gerais.** Disponível em: <<http://www.formosa.go.gov.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

STAKE, Linda. **Lutando por nosso futuro em comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.